

## **Análise sobre as condições socioeconômicas do corpo discente da Fatec de São Roque: um diagnóstico pós-pandemia**

### **Analysis of the socioeconomic conditions of the student body at Fatec de São Roque: a post-pandemic diagnosis.**

*Carlos Antonio Gomes<sup>1</sup>  
Clóvis de Souza Dias<sup>2</sup>.*

**Resumo.** Esse artigo apresenta os resultados obtidos na pesquisa sobre as condições socioeconômicas dos estudantes da Fatec de São Roque (SP). O inquérito visa a coletar informações sobre os impactos causados pela pandemia sobre o corpo discente da Instituição. Parte da hipótese de que a pandemia produzida pelo vírus SarsCOV-2 tenha provocado sequelas socioeconômicas e pedagógicas no corpo discente, sendo essencial se conhecê-las para o devido planejamento das atividades em sintonia com a capacidade de assimilação dos estudantes. Se trata de um *levantamento amostral* (com análises quantitativa e qualitativa) sobre as condições socioeconômicas do o corpo discente. Esse artigo apresenta tão somente as conclusões sobre os aspectos socioeconômicos; as conclusões sobre os aspectos pedagógicos são apresentadas noutro artigo. Os dados obtidos revelam que os estudantes foram economicamente afetados pelos efeitos da pandemia e que a Fatec deve aperfeiçoar as suas práticas para o melhor rendimento discente. Revelam também que os estudantes advém de uma condição socioeconômica de grande vulnerabilidade, sendo fundamental que, sobre eles, a escola deposite uma atenção deveras especial. O dado mais impactante revelado pelo inquérito é o fato de 78,52% dos aprendizados serem categorizados como em vulnerabilidade econômica e social, estando eles classificados (segundo a metodologia assentada pelo IBGE) como pertencentes às classes D e E. A Conclusão abstraída é que o corpo discente advém de uma realidade socioeconômica muito desfavorável e que, municiada desses dados, a Instituição deve aperfeiçoar as suas práticas docentes a fim de melhorar a qualidade de ensino.

**Palavras-chave:** aspectos socioeconômicos; pesquisa socioeconômica; sociedade e educação; vulnerabilidade discente; efeitos da pandemia.

**Abstracty.** This article presents the results obtained in research on the socioeconomic conditions of students at Fatec in São Roque (SP). The survey aims to collect information about the impacts caused by the pandemic on the Institution's student body. It is based on the hypothesis that the pandemic produced by the SarsCOV-2 virus has caused socioeconomic and pedagogical consequences in the student body, and it is essential to know them for the proper planning of activities in line with the students' ability to assimilate. This is a sample survey (with quantitative and qualitative analyses) on the socioeconomic conditions of the student body. This article only presents conclusions about socioeconomic aspects; conclusions on pedagogical aspects are presented in another article. The data obtained reveals that students were economically affected by

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais pela PUC Campinas (1987); especialista em Economia do Trabalho pelo IE Unicamp (1997); Mestre em Educação pela FE Unicamp (2006); Doutor em Educação pela FE Unicamp (2011); estudioso do tema Educação Profissional; professor do Centro Paula Souza.

<sup>2</sup> Graduado em Processamento de Dados pela Universidade de Franca (1988); Especialista em Análise de Sistemas pela Universidade de Franca (1993) e; Mestre em Administração pelo Centro Universitário do Triângulo (2002). Atualmente, é Diretor da Fatec de São Roque (SP).



the effects of the pandemic and that Fatec must improve its practices for better student performance. They also reveal that students come from a socioeconomic condition of great vulnerability, and it is essential that the school pays very special attention to them. The most impactful data revealed by the survey is the fact that 78.52% of apprentices are categorized as economically and socially vulnerable, and they are classified (according to the methodology established by IBGE) as belonging to classes D and E. The abstract conclusion is that the student body comes from a very unfavorable socioeconomic reality and, armed with this data, the Institution must improve its teaching practices in order to improve the quality of teaching.

**Keywords:** socioeconomic aspects; socioeconomic research; society and education; student vulnerability; effects of the pandemic.

### **Introdução.**

No Brasil, já é uma prática corrente se fazer análises vãs quanto à obsolescência do sistema educacional. Salvo as raras e honrosas exceções, as críticas são, em sua maioria, desacompanhadas de proposições bem embasadas para a melhoria educacional. Entretanto, quando se trata de análises sobre as políticas públicas, cremos que a razão e o interesse público devam estar acima das paixões e das especulações. Cremos que a decadência da educação brasileira é uma realidade inegável e que o debate sobre ela já se encontra maduro. Por outras palavras, nos parece muito claro que é chegada a hora de deixarmos o proselitismo educacional de lado e passarmos às ações concretas para a efetiva melhoria da educação brasileira. Nessa perspectiva, pelo menos ao nível do Ensino Tecnológico, pretendemos depositar a nossa gota tributária.

Nesse espírito, no que tange à decadência do Ensino Básico, cremos que a belíssima análise feita por Juarez Dayrell encerra qualquer debate e coage a todos a buscarem uma solução para o problema educacional brasileiro (DAYRELL: 2007). Se, por um lado, Dayrell faz uma crítica bem fundamentada do Ensino Básico, por outro, Vanilda Paiva faz as proposições mais interessantes para a sua reinvenção. Segundo ela, a revolução tecnológica e as transformações produtiva e organizacional interferem de forma dramática com as exigências para um novo e revolucionário Ensino Médio. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) invadiram todas as esferas da vida profissional e da privada, se tornando ferramentas indispensáveis a todos os aspectos da convivência moderna. Dessa forma, novos saberes e competências são demandados da população como um todo, também exigindo que a escola passe a ministrá-los desde a tenra idade os indivíduos. Essa nova forma de ser das sociedades deita por terra a antiga disjunção do sistema educacional, assentada na bipolaridade entre se educar para a vida e se educar para o trabalho. Isso porque as demandas por mão de obra qualificada que emanam do sistema produtivo exigem um tipo de formação geral e abstrata e não conhecimentos específicos (PAIVA: 1995).



Tínhamos e ainda temos essas preocupações para com as fragilidades do Ensino Básico, que escapam à nossa capacidade de ação, porém não à nossa potencialidade de fazer proposições para a sua superação. Os trabalhos de Carlos Antonio Gomes vão além, ao detectarem que a má formação da força de trabalho constitui um problema de natureza estrutural que afeta o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Ou seja, dentre os inúmeros gargalos que deprimem a economia brasileira, o gargalo da mão de obra qualificada é um dos mais preocupante, pois o seu saneamento demanda um tempo dilatado, o qual o Brasil não tem sabido aproveitar (GOMES: 2013 e GOMES: 2019).

Se os problemas postos já eram incomensuráveis, em 2020 eis que novos desafios se impuseram, dessa vez mais muito mais perigosos e ameaçadores. Admitida oficialmente pelas autoridades como uma crise que ameaçava sobremaneira a saúde pública, a pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2 produziu uma profunda paralisia da economia mundial e, em especial, da brasileira. Para o Centro Paula Souza, os desafios estavam postos na ordem do dia e com a urgência requerida pela dramaticidade da situação deveras inusitada. Pois, com a decretação do chamado *confinamento horizontal* pelas autoridades, as aulas presenciais tiveram que ser suspensas e substituídas pelas remotas.

Podemos afirmar que 2020 e 2021 foram dois longos anos de esforços ilimitados e de intenso aprendizado da nossa parte. Superamos todas as dificuldades e conseguimos ministrar as aulas remotas, sem perda da qualidade de ensino. Perceba o leitor a encruzilhada com a qual nos deparamos no início do ano de 2022, com o reinício das atividades presenciais. Sabíamos de todas as dificuldades de formação pregressa da parte dos discentes ingressantes. Tínhamos plena consciência sobre os dilemas vivenciados pelo Ensino Médio e pelo Ensino Profissional. E, por fim, também suspeitávamos que os dois longos anos de confinamento pandêmico haviam provocado sequelas socioeconômicas e pedagógicas no nosso corpo discente.

Creemos que, dada a sua obviedade, essa nossa suspeição dispensa a apresentação de qualquer substrato metodológico justificador da pesquisa. Ora, se excetuando a China e algum outro país, a pandemia provocou um profundo recuo da economia global e, em especial, da economia brasileira, que obteve uma taxa residual de crescimento do PIB, em 2020. Apesar de o PIB ter apresentado um inesperado e louvável crescimento em 2021, os impactos negativos de 2020 (no emprego e na renda da população) demoraram a ser reparados. Nunca é demais se lembrar que, em quase todo o Ocidente, os países mais comprometidos com o Estado do Bem-Estar Social patrocinaram algum tipo de transferência de renda do Estado aos seus cidadãos mais



atingidos economicamente pela pandemia, provocando o fenômeno macroeconômico o qual John Maynard Keynes havia alcunhado como o *efeito multiplicador* (KEYNES: 1992). Se a pandemia atingiu economicamente uma parcela substantiva da população brasileira – alterando para baixo os seus padrões de emprego, consumo e renda – seria inexorável se imaginar que ela também teria atingido (pelo menos numa parcela nada desprezível) os estudantes da Fatec de São Roque. Reiniciamos as aulas presenciais, em fevereiro de 2022, ainda tomando todos os cuidados recomendados pelas autoridades sanitárias, porém depositando o foco das nossas atenções nos presumíveis impactos no emprego e na renda que o corpo discente pudesse ter sofrido, pois, sabemos que isso repercute negativamente na capacidade de aprendizagem. Portanto, o objeto da pesquisa não brotou de uma infértil imaginação ou de vã suposição; ele se fundamenta, sim, na certeza generalizada e incontroversa de que a pandemia empobreceu uma parcela expressiva da população brasileira e que esse fenômeno poderia estar afetando a qualidade de ensino da Instituição.

Tínhamos em nossas mãos um acúmulo de obstáculos nitidamente lesivos e contraproducentes às boas práticas pedagógicas e, por dever de ofício, deveríamos lidar com ele com sabedoria e responsabilidade. Obviamente que não poderíamos simplesmente retomar as atividades letivas ignorando esses óbices. A resposta lógica que nos ocorreu foi melhor conhecer os nossos aprendizados e a sua realidade socioeconômica e pedagógica para, a partir daí, repensar o seu aprendizado. Pois, a pesquisa aqui apresentada nutre esse propósito.

### **Metodologia.**

A realização de pesquisas com vistas a se coletar informações relevantes à reformulação do sistema educacional pode ser uma prática pouco recorrente no Brasil, mas é de larga tradição nos países, hoje, considerados como signatários da excelência educacional. Poderíamos mencionar uma profusão de países adeptos dessa tradição, mas por uma questão de objetividade, apontaremos tão somente para o exemplo da União Europeia (UE). Em 1990 – quando a UE se preparava para as grandes reformas educacionais que, em tese, qualificaria as suas forças de trabalho para as demandas da economia do século XXI - o Gabinete de Estatística da União Europeia (Eurostat) empreendeu um vasto inquérito em todos os Estados-membro daquele bloco econômico, visando a coletar informações para a readequação do Ensino Formal e do Profissional. Publicada com o nome *Inquérito sobre as forças de trabalho* (EUROSTAT: 1990), a pesquisa serviu de base para orientar



as grandes proposições educacionais que ocorreriam mais tarde ou seja, a *Carta de Bolonha* e o *Quadro Europeu das Qualificações* (WOLLSCHLÄGER: 2004).

A pesquisa aqui apresentada jamais nutriu a intenção de reorientar a educação brasileira e, sim, tão somente o ensino ministrado pela Fatec de São Roque. Não obstante, reconhecemos que o *Inquérito sobre as forças de trabalho* é para nós uma referência metodológica da mais alta relevância. Guardadas as devidas disparidades de atribuições, competências, funções e de recursos entre essa Fatec e o Eurostat, o máximo que poderíamos fazer era tomar aquela grande pesquisa como uma fonte de inspiração a fim de atingirmos os nossos propósitos.

Levar a efeito a empreitada intencionada poderia parecer uma tarefa fácil, mas não o foi; todavia, nós não reclamamos da inexistência de recursos e de demais meios necessários. Tampouco, poderíamos nos queixar de uma presumível grandiosidade do universo de investigação, tendo em vista que ele se restringe ao total de estudantes matriculados na Fatec de São Roque, no ano de 2022. Ou seja, além de estritamente delimitado, estávamos em constante contato com o universo, não havendo dificuldade para que nós o investigássemos por meio de um levantamento amostral. Em síntese, as nossas dificuldades não repousavam sobre a operacionalidade da pesquisa e, sim, sobre a delimitação do seu objeto e, sobretudo, sobre as hipóteses para cada uma das questões suscitadas.

Enquanto hipótese geral e com um bom nível de embasamento, consideramos que a pandemia poderia ter provocado sequelas econômicas, sociais e pedagógicas no nosso corpo discente, sendo urgente conhecermos essas sequelas para o devido replanejamento das atividades acadêmicas, sem perda da qualidade de ensino. Pela Internet, mediante à profusão de informações – produtoras e contraproducentes – com as quais nos deparamos, uma em especial nos chamou a atenção: se trata da tese do *estresse pós-pandêmico*. Inúmeros psicólogos, psiquiatras, sociólogos e geopolíticos – ainda durante o período pandêmico – anunciaram a inexorável instauração desse fenômeno psicossocial, em nível global. A bem da verdade, não tomamos conhecimento sobre nenhuma publicação científica de credibilidade que pudesse dar cientificidade à essa tese; tomamos contato tão somente com vídeos publicados na Internet<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A bem da verdade, a tese do *estresse pós-pandêmico* jamais foi alvo de uma investigação pormenorizada, o que, em tese e em primeira instância, hoje, nos impulsiona a enquadrá-la no campo das suposições, até que se prove o contrário. Não obstante, no decorrer do ano letivo de 2022, sentimos um desconforto mental por parte dos estudantes, fenômeno esse que foi contornado por meio da dosagem adequada da transmissão de conteúdos de acordo com a disposição dos discentes. Não obstante, em fevereiro daquele ano – no reinício das atividades presenciais – essa teoria estava presente no nosso imaginário enquanto uma possibilidade que pudesse afetar a qualidade de ensino. Como até então ninguém havia apresentado algo de conclusivo sobre a teoria, nós a tomamos como uma possibilidade que poderia afetar os nossos estudantes.



Não obstante, considerando a velocidade com a qual a pandemia se instalou, seria vã uma presumível expectativa da nossa parte em querer encontrar livros e artigos científicos a respeito do presumível fenômeno. Afinal, não se escreve a história no exato momento em que ela está acontecendo, sendo que, em todo esse tempo, um dilúvio de perguntas se sobrepôs às escassas, inconclusas e duvidosas respostas que encontramos sobre a pandemia e os seus efeitos. Neste contexto de informação e desinformação, tomamos a iniciativa em realizar a nossa própria pesquisa, direcionando o inquérito àquilo que, de imediato, nos preocupava, ou seja: os impactos negativos da pandemia sobre o nosso corpo discente.

Por dedução, definimos as perguntas que deveriam ser feitas ao corpo discente, assim como as suas hipóteses. Para melhor delinear o inquérito, necessitávamos decidir qual seria o tipo de pesquisa a ser levada a cabo. Decidimos pela realização de um levantamento amostral, conforme muito bem definido por Antonio Carlos Gil, em seu livro *Como elaborar projetos de pesquisa* (GIL: 2002). Diz textualmente Gil ao discriminar esse tipo de pesquisa, que:

*As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. (...) Na maioria dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes da população estudada. Antes seleciona-se, mediante procedimentos estatísticos, uma amostra significativa de todo o universo, que é tomada como objeto de investigação. As conclusões obtidas com base nessa amostra são projetadas para a totalidade do universo, levando em consideração a margem de erro, que é obtida mediante cálculos estatísticos. Os levantamentos por amostragem gozam hoje de grande popularidade entre os pesquisadores sociais, a ponto de muitas pessoas chegarem mesmo a considerar pesquisa e levantamento social a mesma coisa (GIL: 2002, p.50).*

Sabíamos das dificuldades de inquirirmos todo o universo, ou seja, cem por cento do quadro discente da Fatec de São Roque, o que nos direcionou a realizar um levantamento amostral. Como a pesquisa seria disponibilizada na Internet para que os estudantes a respondessem espontaneamente, não tínhamos como determinar previamente o tamanho da amostra; em decorrência dessa dificuldade, deixamos para conhecer esse dado após o questionário ser respondido por uma parte significativa dos estudantes. Ou seja, metodologicamente falando, nós delineamos a amostra, porém deixamos para quantificá-la somente após boa parte do universo ter respondido ao questionário. Cremos que isso não invalida e nem compromete os resultados a que chegamos. Metodologicamente, o importante é que pesquisássemos uma amostra representativa de um universo delineado e que formulássemos as perguntas com a objetividade requerida, itinerário metodológico esse que foi percorrido com fidelidade.





O maior problema desse tipo de pesquisa, cremos, é a dificuldade de diálogo entre os profissionais das Ciências Exatas - em especial, dos estatísticos - com o profissionais das Ciências Humanas. No caso dos levantamentos amostrais - como é o que está em questão - é óbvia a importância da estatística para a quantificação daquilo que se está investigando. Não obstante, não há análise quantitativa que se mantenha de pé sem a interpretação qualitativa. Paulo Ricardo Bittencourt Guimarães é deveras assertivo ao apontar para as limitações da estatística, quando se depara com as amostras. Diz Guimarães:

*Curiosamente, apesar de a Estatística estar enquadrada entre as 'ciências exatas', seus resultados estão sempre associados a uma pequena incerteza, exatamente por estarem baseados em uma amostra. O profissional de estatística deve ter a habilidade de controlar esta incerteza por meio de procedimentos de Amostragem. A incerteza é consequência da variabilidade de um fenômeno e dificulta a tomada de decisões (GUIMARÃES: 2008, p.7).*

Então, pelas palavras do próprio autor, mesmo se percorrendo os caminhos do rigor estatístico, sempre existe a possibilidade de se obter uma 'pequena' incerteza. Longe de acalentar o ínfimo menosprezo pela estatística, pedimos licença a Paulo Ricardo Bittencourt Guimarães para refazer o seu pensamento: em verdade, cremos que o *profissional de estatística deve ter a habilidade de controlar essa incerteza por meio do diálogo com os profissionais das Ciências Humanas, em especial, o diálogo com os sociólogos, geógrafos, antropólogos e demais profissionais*. No caso da presente pesquisa, nós não contamos com a colaboração de um estatístico, mas sentimos muito a sua falta.

Também conhecíamos as dificuldades de se obter informações - da parte dos inquiridos - quando as perguntas remetem às suas finanças pessoais. Procurando contornar esse obstáculo, perguntamos aos estudantes sobre os seus padrões de Renda Familiar Mensal em Salários Mínimos, porém lhes assegurando o anonimato. A condição de anonimato foi assegurada aos estudantes no primeiro momento da disponibilização do questionário, na Internet, lá ficando em primeiro plano durante todo o tempo em que a pesquisa esteve disponível, ou seja, abril e maio de 2022.

A representatividade da amostra é deveras importante nos levantamentos amostrais. Invariavelmente, na impossibilidade de se inquirir o Universo por inteiro, se interroga apenas uma Amostra sua, desde que ela seja representativa. Via de regra, os grandes levantamentos amostrais investigam entre 2% a 4% do Universo, obtendo dados confiáveis, que permitam projetá-los como um comportamento predominante no Universo (GIL: 2002). Os percentuais, abaixo, expressam o



tamanho da Amostra inquirida e, cremos, a sua representatividade foi conseguida para além do que é razoável nas pesquisas dessa natureza e acima das nossas expectativas.

Dentre os 512 estudantes efetivamente matriculados na Fatec de São Roque, no primeiro semestre de 2022, 135 responderam ao questionário, o que significa uma Amostra de 26,37% proporcionalmente ao Universo dos estudantes. O fato de 73,63% dos discentes não terem respondido não desmerece e nem compromete o inquérito<sup>4</sup>. Ao contrário, o fato de 26,37% terem respondido significa uma Amostra representativa, o que confere credibilidade aos dados apurados. Ademais, além da aleatoriedade, os estudantes foram convidados a responderem ao questionário de forma espontânea.

Metodologicamente considerando, cremos, esse percentual de respostas nos autoriza a projetar os resultados apurados para o Universo dos estudantes da Fatec de São Roque. Então, consagrada a eficácia da metodologia adotada, doravante, no decorrer desse trabalho, todos os dados apresentados podem ser projetados para a totalidade dos estudantes da Fatec.

Outra questão metodológica que merece explicações bem fundamentadas se refere à estratificação social. A pesquisa deposita uma ênfase justificada quanto a necessidade de conhecermos sobre os padrões de renda dos estudantes, o que, em termos sociológicos, nos remetia à necessidade de sabermos sobre a quais classes ou estratos sociais eles pertencem. Em primeiro lugar, não sabíamos exatamente quais são os padrões de renda dos aprendizados. Em segundo, alentávamos a possibilidade de os seus padrões de renda terem inflexionado em decorrência do longo período de pandemia. E, por fim, em terceiro, é necessário que tenhamos uma base de dados bem consolidada quanto as condições socioeconômicas dos estudantes para, quiçá, no por vir, fazermos outros inquéritos com os egressos da Fatec, a fim de verificarmos se a sua formação na Instituição tem sido um instrumento de mobilidade social.

---

<sup>4</sup> A pesquisa foi disponibilizada (na Internet) para os estudantes ainda no primeiro semestre de 2022. Há que se relativizar, todavia, que foi um semestre deveras turbulento, isso em decorrência do retorno às atividades letivas presenciais, após dois longos anos pandêmicos de atividades remotas. Os aprendizados ingressantes em 2020 e em 2021, sequer, conheciam as dependências da Fatec e pouquíssimos se conheciam pessoalmente uns aos outros. O retraimento dos discentes em relação às atividades presenciais e à própria vida acadêmica parece ter sido recorrente durante todo ao ano de 2022. Esse presumível nível de acanhamento talvez explique as abstenções de respostas ao questionário. Não obstante, insistimos, mesmo assim, a Amostra é representativa do Universo.





Entretanto, quando as pesquisas se enveredam pela estratificação social, se deparam com uma profusão de obstáculos, sendo que tivemos que tomar inúmeros cuidados para que esse trabalho, no futuro, não venha a sofrer críticas infundadas quanto à sua metodologia.

O primeiro obstáculo encontrado nesse quesito é quanto à definição do conceito *classe social*. Procurando nos desviar deste debate ideológico redundante, optamos por trabalhar com o conceito de *estrato social*. Então, no decorrer desse inquérito, mesmo quanto o leitor se deparar com as terminologias *Classe A, B, C, D* ou *E*, que as tome como *estratos sociais*. O segundo obstáculo era como definirmos, exatamente, esses estratos. Mormente, duas metodologias são empregadas na realização de pesquisas que envolvem a delimitação das classes ou estratos sociais; são elas, o Critério Aba-Abipeme e a desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conhecendo as limitações do Critério Aba-Abipeme - conforme expostas por Fauze Nagib Mattar (MATTAR: 1995) - decidimos pela utilização da metodologia empregada pelo IBGE; os estudantes são aqui classificados em estratos conforme a metodologia citada. Àqueles que, porventura, forem exigentes quanto ao emprego da terminologia *classe social*, pedimos para que entendam como tal. O mais importante e o que realmente pesa no inquérito é conhecermos os padrões de vida dos nossos estudantes para que possamos readequar o seu aprendizado levando em consideração as suas condições socioeconômicas.

A estratificação social dos estudantes é aqui realizada se tomando por base os seus padrões de Rendimento Familiar Mensal do ano de 2019, ou seja, o último ano antes da instauração do evento pandêmico. Para tal, a tabulação dos dados com a identificação dos indivíduos nesse ou naquele estrato é feita seguindo a classificação do IBGE para aquele ano. O questionário também interroga os aprendizados se os seus padrões de renda aumentaram, declinaram ou se estagnaram no pós-pandemia.

Há que se ressaltar, todavia, que até mesmo a metodologia desenvolvida pelo IBGE não está isenta de críticas. Em seu belo trabalho de 2008, Waldir Quadros apontou para as incongruências da metodologia daquele Instituto, ao mesmo tempo em que desenvolveu e propôs outra metodologia que melhor representa, classifica e nomina os estratos existentes na sociedade brasileira (QUADROS: 2008). Apesar de ser deveras bem fundamentada, a formulação de Quadros ainda não foi aceita e nem respaldada pelos órgãos oficiais do Estado brasileiro, se



resignando, por hora, ao debate acadêmico, razão pela qual não a adotamos, no presente inquérito. Mesmo assim, é nosso dever metodológico fazer menção ao honroso trabalho de Waldir Quadros.

Alguns dos trabalhos sobre metodologia de pesquisa indicam a realização do cálculo da margem de erro para os inquéritos dessa natureza; o próprio trabalho de Antonio Carlos Gil faz essa recomendação (GIL: 2002). A bem da verdade, o cálculo da margem de erro é importante, porém não é essencial. Ele tem relevante peso nos grandes levantamentos amostrais. O IBGE apresenta a margem de erro nos seus levantamentos amostrais, dentre eles a PNAD Contínua; entretanto, são pesquisas ciclópicas e de abrangência nacional, muito mais volumosas do a que empreendemos. Nós decidimos por fazer o presente inquérito contando com recurso zero e tão somente com o nosso empenho, razão pela qual optamos por sacrificar alguns dos elementos sacrificáveis da metodologia, porém tomando os devidos cuidados para não contaminar o resultado final do inquérito. Para nós, o importante é que tenhamos uma visão geral – nem que seja aproximada - sobre as condições já anunciadas do nosso corpo discente. Por esse motivo, sacrificamos a apuração da margem de erro, o que, de modo algum, compromete a credibilidade dos dados aqui apresentados.

No relatório da pesquisa, para cada pergunta feita ao corpo discente, são apresentadas uma análise quantitativa e outra qualitativa. Tomamos a decisão em encaminhar o inquérito dessa forma porque, em primeiro, é uma regra imperante nos levantamentos amostrais e, em segundo, porque intencionávamos conhecer, na plenitude, as condições dos nossos aprendizados. E, após longos anos de prática em pesquisa, sabíamos que, tomados isoladamente, os números, por si, não dizem tudo a respeito daquilo que se pretende conhecer em profundidade, sendo de fundamental importância levarmos a efeito a sua interpretação qualitativa. Por outras palavras, os números precisam ser interpretados a partir de uma determinada realidade e de um certo contexto. Nesse sentido, a análise qualitativa aqui apresentada nos dá uma visão mais totalizante, realística e, sobretudo, afasta a investigação da frieza dos números, também lhe conferindo a dimensão mais humana, tão necessária nos inquéritos dessa natureza.

Por fim, gostaríamos que ficasse registrada a nossa boa intenção. E, para tal, solicitamos para que o leitor saiba distinguir os nossos deslizes e os nossos acertos e observar o saldo positivo com a requerida ponderação. Manter as atividades letivas em pleno funcionamento - no primeiro ano pós-pandêmico - não foi tarefa fácil. Esse inquérito foi levado a efeito por pessoas que não puderam se desincumbir dos seus compromissos docentes e diretivos da Fatec, tendo ele sido



inteiramente realizado nos raros momentos de tempo livre. Por isso, cremos, possíveis pequenos deslizes metodológicos que, porventura, possam ser encontrados devam ser minimizados, pois eles não comprometem o resultado final do inquérito.

Àqueles que, porventura, forem exigentes quanto aos rigores da estatística, lhes adiantamos que não tivemos suporte algum de um profissional estatístico; contamos tão somente como o nosso parco conhecimento nessa área. Fizemos essa pesquisa sem recurso algum e nutridos somente da nossa boa vontade. Portanto, não nos sentiremos, de modo algum, desprestigiados caso alguém considere a presente pesquisa como um *estudo exploratório*; pois, que fique à vontade quem assim quiser considerá-la. Apenas lhe pedimos para que considere a nossa intenção em conhecer melhor o nossos estudantes, no pós-pandemia, para o devido aperfeiçoamento do seu aprendizado de acordo com as suas condições socioeconômicas.

Ademais, passado todo esse tempo desde o fim do citado evento pandêmico - *até onde conhecemos* - ainda há pouquíssimos trabalhos acadêmicos versando sobre os impactos da crise do vírus sobre a educação brasileira, sendo que nenhum deles direciona o foco da pesquisa para o objeto ao qual direcionamos o nosso inquérito. Caso esses trabalhos existam, pedimos desculpas aos seus formuladores pela nossa ignorância, ao mesmo tempo em que lhes rendemos a nossa homenagem pelos seus protagonismo e estoicismo. Portanto, ao levar a efeito a presente pesquisa, imaginávamos estar fazendo algo inédito e tributário à melhoria da qualidade de ensino da Instituição à qual pertencemos. A crença no fato de estar fazendo algo inédito nos impulsionou a compartilhar essa experiência, lhe dando publicidade por meio do presente artigo.

### **A estratificação social dos estudantes: os padrões de renda que impactam a aprendizagem.**

Cremos que o aspecto analisado, a seguir, constitua o mais importante da presente pesquisa, devendo sobre ele os professores, coordenadores e servidores administrativos depositarem uma atenção especial. Trataremos, a seguir, dos padrões de renda dos estudantes e, conseqüentemente, da sua posição social, segundo os padrões assentados pelo IBGE.

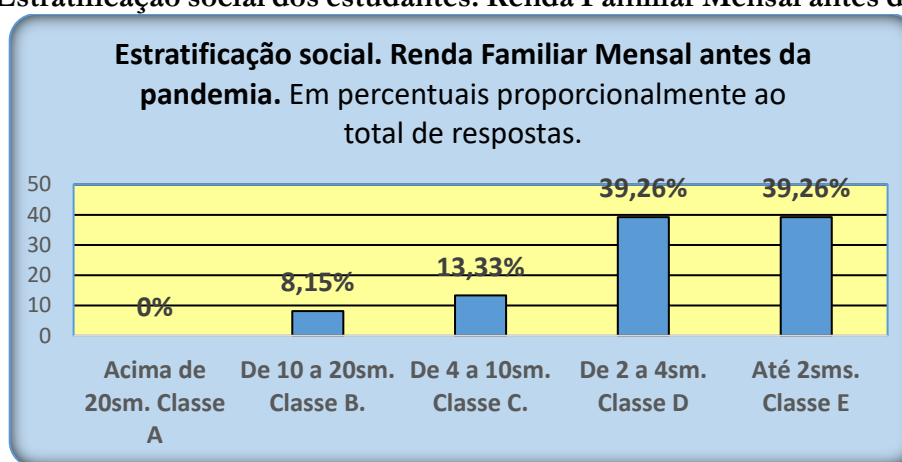
Há uma vasta e profícua bibliografia analisando o tema, também existindo um pensamento comum na pedagogia mundial de que os padrões de renda impactam a aprendizagem (DESCY:



2002). Via de regra, os indivíduos com renda baixa tendem a ter maior dificuldade de aprendizagem, sendo que a dificuldade diminui à medida em que a renda aumenta.

O questionário disponibilizado aos estudantes fez a seguinte pergunta: *Como era a sua Renda Familiar Mensal antes da pandemia?* A estratificação social foi elaborada de acordo com a padronização do IBGE, ou seja: acima de 20 Salários Mínimos (classe A); de 10 a 20 Salários Mínimos (classe B); de 4 a 10 Salários Mínimos (Classe C); de 2 a 4 Salários Mínimos (classe D) e; até 2 Salários Mínimos (Classe E)<sup>5</sup>.

**Gráfico 1. Estratificação social dos estudantes. Renda Familiar Mensal antes da pandemia.**



Fonte: elaboração própria.

As respostas dadas nos revelam que o aprendizando da Fatec de São Roque advém de uma condição de grande vulnerabilidade econômica e social, o que é um alerta para redobramos as atenções no que tange à sua aprendizagem. Como está nítido no gráfico, abaixo, não temos nenhum estudante pertencente à classe A; apenas 8,15% dos aprendizados pertencem à classe B; 13,33% pertencem à classe C; 39,26% pertencem à classe D e; 39,26% pertencem à classe E.

Se considerarmos que, para o IBGE, os indivíduos das classes D e E são considerados como pobres, então, 78,52% dos nossos aprendizados são considerados em vulnerabilidade econômica e social. Mediante a esses dados reveladores, o desafio está lançado. O Centro Paula Souza é um instrumento de mobilidade social, ao ministrar a Ensino Tecnológico que habilita os indivíduos para uma posição mais destacada no mercado de trabalho. Entretanto, a questão que os

<sup>5</sup> Para o efeito da interpretação precisa dos números apresentados, esclarecemos que essa classificação foi elaborada tomando por base o ano de 2019. Como o IBGE classifica os indivíduos em classes sociais a partir da Renda Familiar Mensal traduzida em Salários Mínimos (SMs), foi considerado o SM prevalente no ano de 2019.



dados obtidos suscita é: como melhorar ainda mais a qualidade de ensino da Instituição, mediante a condições tão desfavoráveis por parte do corpo discente?

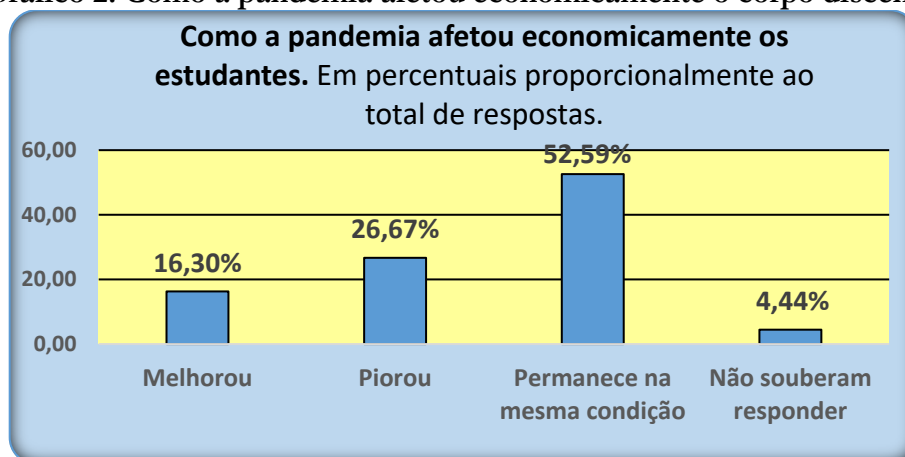
Sem sombra de dúvida, essa vulnerabilidade econômica e social impacta a boa aprendizagem e temos que nos atentar para tal. O planejamento das atividades acadêmicas e, sobretudo, o comportamento docente – no que tange à ministração dos conteúdos de cada disciplina – devem ser revistos, se levando em consideração essas debilidades paquidérmicas. Isso não significa, todavia, que devemos rebaixar ou diminuir os conteúdos necessários à boa formação tecnológica, já estipulados nos Planos de Ensino. Significa, sim, que devemos rever as nossas práticas pedagógicas, levando em consideração essas condições, agora, conhecidas dos estudantes.

### **Os efeitos da pandemia sobre o corpo discente: como a crise epidemiológica afetou economicamente os estudantes.**

Se as condições econômicas e sociais dos estudantes já eram precárias antes da pandemia, obviamente que não poderíamos reiniciar as atividades letivas de 2022, sem tomarmos conhecimento sobre como e em que magnitude a crise epidemiológica afetou o corpo discente. Essa informação era de vital importância para redobramos a nossa atenção nos planejamentos para os semestres vindouros.

O inquérito também interrogou os aprendizados se a sua condição econômica havia se alterado, no início de 2022. A pesquisa perguntou aos estudantes: *Como ficou a sua Renda Familiar Mensal, agora, passada a pandemia?*

**Gráfico 2. Como a pandemia afetou economicamente o corpo discente.**



Fonte: elaboração própria.

Como se pode observar no gráfico acima, 26,67% dos estudantes declararam que a pandemia havia piorado a sua Renda Familiar Mensal; para 16,30% a renda melhorou; para a maioria, ou seja, para 52,59% a sua renda permaneceu na mesma condição e; 4,44% dos estudantes não souberam responder.

Esses dados requerem uma análise sociológica mais refinada, senão sob o risco de fazermos interpretações equivocadas. Nessa senda, o primeiro dado que nos salta aos olhos é o fato de 52,59% dos estudantes terem declarado que a sua Renda Familiar Mensal permanece na mesma condição de antes da pandemia. Em princípio, isso pareceria positivo. Todavia, se considerarmos que 78,52% dos aprendizados são categorizados como em vulnerabilidade econômica e social – sendo classificados, segundo a metodologia do IBGE, como pertencentes às classes D e E - então, o fato deles permanecerem na mesma situação significa que continuam tão vulneráveis como antes.

Para 26,67% dos estudantes, a sua renda piorou. Obviamente que os efeitos da inflexão econômica provocada pela pandemia os afetou em cheio. Como perguntamos sobre a Renda Familiar Mensal, obviamente, podemos concluir que alguém da família perdeu o emprego ou teve a sua renda diminuída. A lenta recuperação econômica e, conseqüentemente, a acanhada elevação dos níveis de emprego ainda não trazem muito alento para esses que tiveram a sua condição econômica inflexionada. Todavia, é uma característica da economia brasileira que, mesmo com os baixos níveis de crescimento econômico, haver escassez de mão de obra qualificada no núcleo dinâmico do sistema produtivo (GOMES: 2019).

Com efeito, não havendo um horizonte alvissareiro quanto à retomada da economia, para os estudantes que tiveram a sua renda inflexionada, o mais recomendável é que não desistam do curso e que se formem de modo consistente a fim de se inserirem no mercado de trabalho. Por outras palavras, a sua mobilidade social depende muito mais deles mesmos do que das políticas de Estado. Essa recomendação leva em consideração que o Centro Paula Souza possui uma boa reputação no mercado - no que tange a inserir mão de obra bem qualificada - e que, mesmo com baixos níveis de crescimento econômico, sempre há escassez de mão de obra bem qualificada nos segmentos mais dinâmicos da economia brasileira.

O fato de 16,30% dos estudantes terem declarado que a sua renda aumentou revela que nem tudo foi uma tragédia. Ademais, o Brasil apresentou um inesperado crescimento econômico,



no ano de 2021, também promovendo alguma recuperação dos níveis de emprego. Por outro lado, uma pequena parcela da sociedade não foi economicamente atingida pelos reflexos da pandemia. Talvez esses 16,30% de estudantes se enquadrem em alguma dessas situações. Não obstante, não deixemos nos iludir, pois essa parcela do quadro discente é a minoria. No seu conjunto, a maioria dos estudantes se encontra em vulnerabilidade econômica e social, o que faz com que nos mantenhamos em alerta constante no que tange à qualidade do ensino ministrado.

Por fim, analisemos os 4,44% dos estudantes que não souberam responder à essa questão. Num primeiro olhar, podem ser pessoas com pouca participação ou informações sobre o orçamento doméstico; isso é comum dentre os estudantes muito jovens provenientes de famílias da classe média. E, repisemos, quando a pesquisa foi disponibilizada, tínhamos 8,15% dos estudantes pertencentes à classe B, ou seja, com Renda Familiar Mensal entre 10 e 20 SMs.

Em síntese, a análise sobre como a pandemia afetou economicamente o corpo discente nos revela dados importantes para serem levados em consideração. Pelo grau de importância, esses dados devem ser elencados na seguinte ordem: (i) 52,59% dos aprendizados têm as mesmas condições econômicas que tinham antes da pandemia; (ii) 26,67% dos discentes tiveram a sua renda piorada e; (iii) 78,52% dos aprendizados são considerados em vulnerabilidade econômica e social. Obviamente que a boa pedagogia tem que levar em consideração essas condições socioeconômicas adversas.

### **A adesão dos estudantes e das suas famílias ao Auxílio Emergencial.**

A crise epidemiológica se instalou, no Brasil, no início de 2020, com uma velocidade inusitada, alarmando as autoridades e a sociedade. A decretação do chamado *confinamento horizontal* pelas autoridades estaduais, ou seja, o completo fechamento de Estados, regiões e cidades inteiros praticamente quase paralisou a economia, deixando-a num estado de letargia. A súbita elevação do desemprego, no primeiro semestre de 2020, deu a impressão de que estávamos à beira de um precipício civilizacional. Para o governo federal, alguma coisa precisava ser feita a fim de mitigar os efeitos devastadores do desemprego, que se instalou. E, a solução adotada foi conceder o Auxílio Emergencial aos brasileiros mais economicamente atingidos pela crise sanitária.

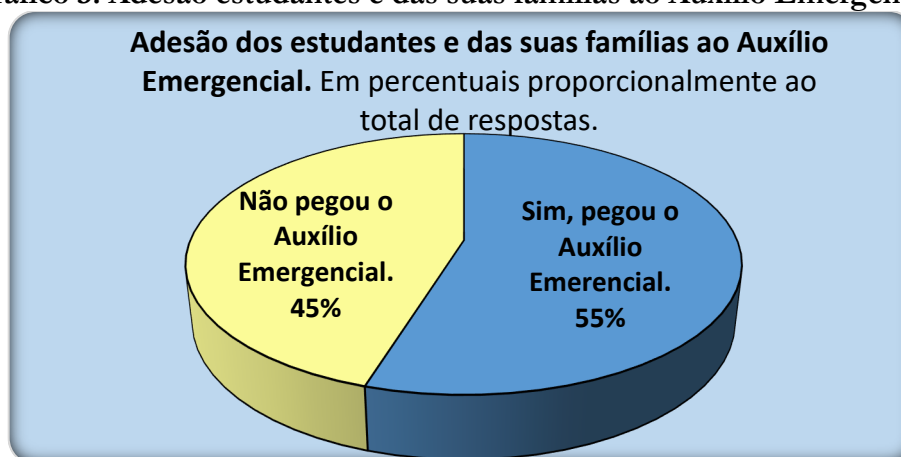




Na elaboração do questionário da pesquisa, decidimos por perguntar aos estudantes se alguém da sua família recebeu o Auxílio Emergencial durante a crise epidemiológica. Perguntamos o seguinte: *Alguém da sua família recebeu o Auxílio Emergencial durante a pandemia?*

As respostas obtidas consolidam um quadro que já vem se delineando ao longo do inquérito, ou seja, que a maioria dos estudantes está em zona de risco econômico e social. Como o demonstra o gráfico abaixo, 45% dos estudantes responderam que ninguém da sua família recebeu o Auxílio Emergencial, enquanto que 55% declararam que alguém da sua família recebeu o benefício<sup>6</sup>.

**Gráfico 3. Adesão estudantes e das suas famílias ao Auxílio Emergencial.**



Fonte: elaboração própria.

Tudo leva a crer que a totalidade dos membros das famílias dos 26,67% dos estudantes que declararam que a sua Renda Familiar Mensal declinou durante a pandemia aderiu ao Auxílio Emergencial. Também é deduzível que uma parcela dos 52,59% de estudantes que declararam que a sua renda permaneceu nas mesmas condições tenha alguém da sua família que recorreu ao benefício.

<sup>6</sup> Em 30/03/2020, o Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei PL1.066/2020 que autorizava o Executivo a conceder o Auxílio Emergencial aos brasileiros mais atingidos economicamente pela pandemia. Inicialmente, seria destinada a quantia R\$600,00 a cada cidadão que se enquadrasse nas regras de vulnerabilidade. Segundo o Próprio Senado Federal: *O benefício será destinado a cidadãos maiores de idade sem emprego formal, mas que estão na condição de trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI) ou contribuintes da Previdência Social. Também é necessário ter renda familiar mensal inferior a meio salário mínimo per capita ou três salários mínimos no total e não ser beneficiário de outros programas sociais ou do seguro-desemprego* (SENADO FEDERAL: 2020).



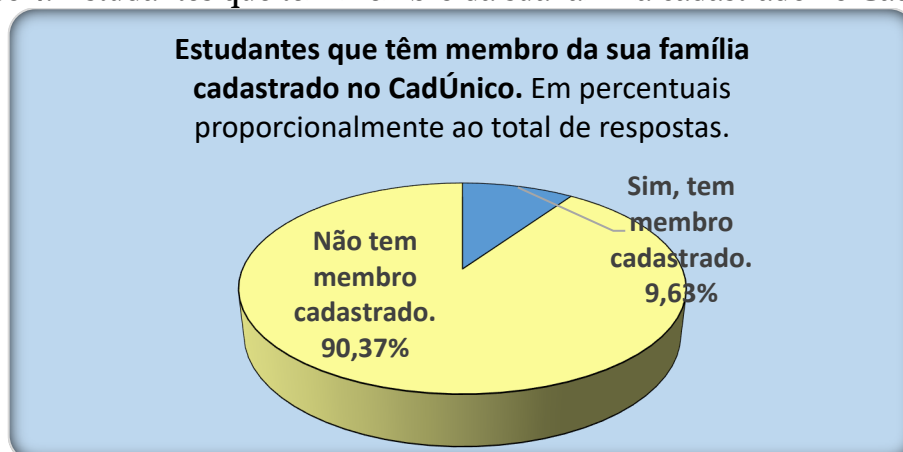
Há que se registrar, todavia que, durante a pandemia, a vida ficou mais difícil para quase todos os brasileiros. Além do desemprego que se instalou e da queda do rendimento de muitos que permaneceram empregados, também houve uma escalada da inflação, isso em decorrência da quebra de muitas cadeias produtivas, o que provocou um desequilíbrio entre a oferta e a procura por bens e serviços. Como ocorre em todo processo inflacionário crônico, o poder de compra se esvai, inclusive para as pessoas que mantêm o mesmo o rendimento nominal.

Sintetizando a análise sobre esse tópico, o fato de 78,52% dos aprendizados serem considerados em vulnerabilidade econômica e social, enquanto que apenas 55% declararem que alguém da sua família recebeu o Auxílio Emergencial não deve ser tomado como algo positivo. A pesquisa não perguntou aos discentes por que eles não recorreram ao benefício. O que extraímos desse dado e o que, realmente, nos importa é que a maioria dos estudantes (55%) aderiu ou teve alguém da sua família que recorreu ao Auxílio Emergencial para sobreviver durante o período pandêmico. Com efeito, o dado aqui analisado é mais um elemento que reforça o quadro que a pesquisa vem delineando, ou seja, de que o estudante da Fatec de São Roque advém de uma realidade econômica deveras desfavorável.

#### **Os estudantes oriundos de famílias inscritas no Cadastro Único.**

A inscrição do indivíduo ou da família no Cadastro Único (CadÚnico) pressupõe a existência de um quadro de instabilidade de renda de longo prazo e, portanto, de pobreza consolidada. A sua condição é de pobreza estrutural, muito diferente da situação dos beneficiários do Auxílio Emergencial, cuja maioria só padeceu de escassez de renda durante a pandemia. Esse é um importante dado para delinear mais precisamente o perfil econômico predominante na Fatec de São Roque.

**Gráfico 4. Estudantes que têm membro da sua família cadastrado no CadÚnico.**



Fonte: elaboração própria.

O inquérito perguntou aos discentes: *Alguém da sua família, atualmente, está cadastrado no CadÚnico?* As respostas são intrigantes e merecem uma reflexão demorada. Se observarmos que 78,52% dos discentes são considerados como pobres, então, seria de se esperar que um número próximo desse percentual respondesse que possui algum membro da sua família cadastrado no CadÚnico. No entanto, apenas 9,63 dos estudantes fez essa afirmação, contra 90,37% que afirmaram não possuir nenhum membro da prole inscrito no Cadastro.

Pressupomos que boa parte das famílias tenha refutado se inscrever no CadÚnico porque acredita que a sua mobilidade social ocorrerá pelo esforço e pela meritocracia. Repisamos que essa nos parece a interpretação mais lógica, porém não tomamos esse entendimento como um vaticínio. De toda a sorte, caso tenhamos razão na nossa interpretação, o dado nos revelaria que os estudantes da Fatec de São Roque são muito mais focados em seus objetivos do que imaginávamos.

Para o interesse maior da qualidade de ensino e da inserção dos aprendizados no mercado de trabalho em condições mais vantajosas, é bom que os tomemos como focados em suas aspirações e que adequemos os currículos com base nesse pressuposto. Invariavelmente, os estudantes se sentem valorizados quando a escola descobre as suas potencialidades mais implícitas.

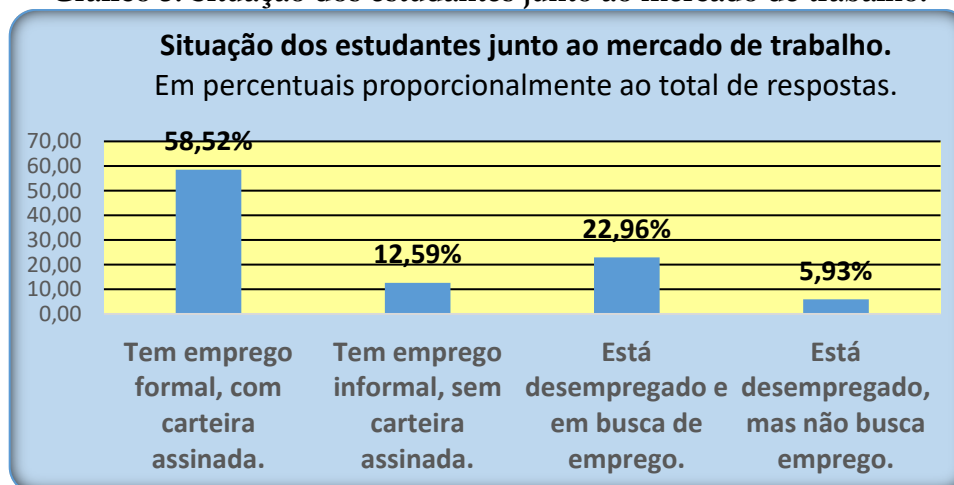
### **A inserção dos estudantes no mercado de trabalho.**

Adotamos a premissa de que as más condições econômicas afetam – porém, não impedem - o aprendizado dos indivíduos mais desassistidos. Também constatamos que temos uma grande maioria dos aprendizados em condições de vulnerabilidade econômica. Obviamente que a nossa responsabilidade nos coagiu a investigar como é a inserção dos estudantes no mercado de trabalho enquanto ainda não concluíram o seu curso. Com essa intenção, a pesquisa perguntou aos estudantes: *Qual é a sua situação junto ao mercado de trabalho?*

O fato de 58,52% dos estudantes terem emprego formal com carteira assinada, em princípio, é uma situação muito positiva. Primeiro, porque eles contribuem para a elevação da Renda Familiar Mensal. Segundo, porque já estão inseridos no mercado de trabalho, quando há uma enorme dificuldade de colocação dos mais jovens (GOMES: 2019). Terceiro, já estão em contato com muitas práticas profissionais que utilizarão, no futuro, quando estiverem formados.



**Gráfico 5. Situação dos estudantes junto ao mercado de trabalho.**



Fonte: elaboração própria.

O fato de 12,59% dos aprendizados estarem empregados informalmente, ou seja, serem assalariados, porém sem nenhum vínculo formal não deve ser tomado como algo extremamente negativo. Até recentemente, a PNAD Contínua do IBGE capturava que o mercado de trabalho brasileiro é muito informal, sendo corriqueiro se encontrar mais da metade dos assalariados em situação de informalidade. Então, constatar que apenas 12,59% dos estudantes da Fatec são assalariados informais está bem abaixo da média preponderante no mercado de trabalho. Não conseguimos apurar se os estudantes empregados (formal e informalmente) estão colocados na área na qual estudam; em todo o caso, eis aí um fértil campo de estudos para um futuro e novo inquérito.

Por outro lado, seria um dado digno de maiores atenções o fato de 22,96% dos discentes estarem desempregados, porém em busca de uma colocação. Dizemos que seria preocupante, considerando que a taxa de desemprego, no Brasil, no primeiro trimestre de 2022 – quando a pesquisa foi disponibilizada aos aprendizados - estava em 11,1% da População Economicamente Ativa (PEA). Portanto, *aparentemente*, a taxa de desemprego dentre os estudantes da Fatec seria mais que o dobro da taxa nacional.

A bem da verdade, a pesquisa realizada pelo IBGE pergunta aos que se declaram desempregados se eles fizeram algum movimento concreto em busca por emprego nas últimas quatro semanas; aqueles que não procuraram por emprego nesse interregno são excluídos da *Taxa de Desemprego* e alocados noutra categoria denominada *Desemprego Oculto pelo Desalento*. No presente inquérito, nós não fizemos essa pergunta aos estudantes e, por conseguinte, não apuramos o

*Desemprego Oculto pelo Desalento*, razão pela qual a Taxa de Desemprego na Fatec é maior do que a nacional. Esclarecida essa dissonância metodológica, cremos que devemos realçar a situação digna de maiores atenções: temos 22,96% dos nossos discentes desprovidos de renda oriunda do trabalho.

Por fim, analisemos os 5,93% que estão desempregados, porém não buscam por emprego. Via de regra, essa situação é classificada pelo IBGE como *Desemprego Oculto pelo Desalento*, ou seja, o indivíduo está desempregado, se cansou de procurar por emprego, porém desistiu de fazê-lo, ao passar por tantas negativas. Isso tem validade para o conjunto da População Economicamente Ativa (PEA), porém não nos parece ser o caso dessa pequena parcela dos estudantes da Fatec. Chegamos à essa dedução pelos seguintes motivos: primeiro, quando a escola lida com uma população muito jovem – como é o caso da Fatec de São Roque – sempre há uma parcela residual de estudantes que opta por estudar tão somente. Segundo, consideremos que, como demonstrado no aspecto que trata da estratificação social, apuramos que 8,15% dos aprendizados pertencem à Classe B, ou seja, têm Renda Familiar Mensal entre 10 a 20 SMs. Portanto, é presumível que esses 5,93% de estudantes desempregados, porém que não buscam por emprego não se enquadrem na categorização do IBGE de *Desemprego Oculto pelo Desalento*. O mais provável é que os estudantes simplesmente não têm necessidade de trabalhar.

Finalizando a análise sobre a empregabilidade dos estudantes da Fatec, vejamos a situação pelos dados mais impactantes. Se somarmos o percentual de estudantes que estão empregados em emprego formal (58,52%) com o percentual que tem emprego informal (12,59%), teremos uma taxa de empregados da ordem de 71,11% dos. Todavia, ainda temos quase 23% dos estudantes desempregados em busca por emprego.

### **A conjuntura na qual os desempregados perderam o seus empregos.**

Enquanto educadores vocacionados a inserir os nossos estudantes no mercado de trabalho, necessitávamos saber se o desemprego que os acomete é um reflexo das alternâncias na política econômica ou se é produto de presumíveis deficiências – de habilidades e de competências - dos próprios aprendizados. Perceba o leitor que essa era uma interrogação de fundamental importância a fim de planejarmos o aprendizado no pós-pandemia. Em havendo deficiências na formação dos jovens, necessitávamos corrigi-las. Por outras palavras, ainda que os estudantes não



se encontram plenamente formados, seria de se esperar que o fato deles estarem matriculados num curso tecnológico da Fatec fosse um elemento facilitador para a conquista de um emprego.

Municiados dessa preocupação, delimitamos três períodos recentes, porém marcadamente diferenciados quanto ao comportamento macroeconômico a fim de oferecê-los como alternativas de resposta à pergunta feita aos estudantes sobre em qual momento eles perderam os seus empregos. Foi perguntado aos discentes: *Caso você esteja desempregado, em qual desses momentos perdeu o seu emprego?*

As respostas obtidas deitaram por terra a nossa inquietação quanto às possíveis fragilidades formativas, em termos de habilidades e de competências. Definitivamente, no seu conjunto, não há que se falar em fragilidades comprometedoras do emprego dentre os discentes da Fatec de São Roque. Ainda que admitamos a existência abissais de formações formativas - advindas do Ensino Médio, quando os aprendizados adentram para Fatec - temos feito um esforço hercúleo a fim de saná-las.

As respostas dadas revelaram que 43,59% dos estudantes havia perdido os seus empregos antes de março de 2020, quando o estado de pandemia foi oficialmente decretado pelas autoridades, provocando o fechamento das atividades produtivas. Esse dado nos revela que quase a metade dos desempregados perdeu os seus empregos em decorrência da política econômica e não pelos efeitos da crise pandêmica.

É de largo conhecimento de todos que, desde 2015, a economia brasileira vem oscilando negativamente, com consequências danosas para as atividades produtivas e, principalmente, para os níveis de emprego. Para se consolidar uma ideia sobre a monumentalidade da crise, somados os anos de 2015 e 2016, o PIB brasileiro teve um crescimento negativo de 6,8%<sup>7</sup>. Considerando que, com crescimento negativo do PIB, a taxa de investimento se reduz ao pó e se adotando a premissa de que a variável mais importante para a geração de emprego é a taxa de investimento (KEINES: 1992), então, é possível se entender porque o emprego se evaporou, no Brasil, nesse período.

Esse quadro econômico negativo só se estancou em 2018 e em 2019, quando novas matrizes de interpretação da política econômica foram adotadas. Mesmo assim, no que tange ao desemprego, o estoque de postos de trabalho jamais foi recomposto, pois, logo em 2020, a

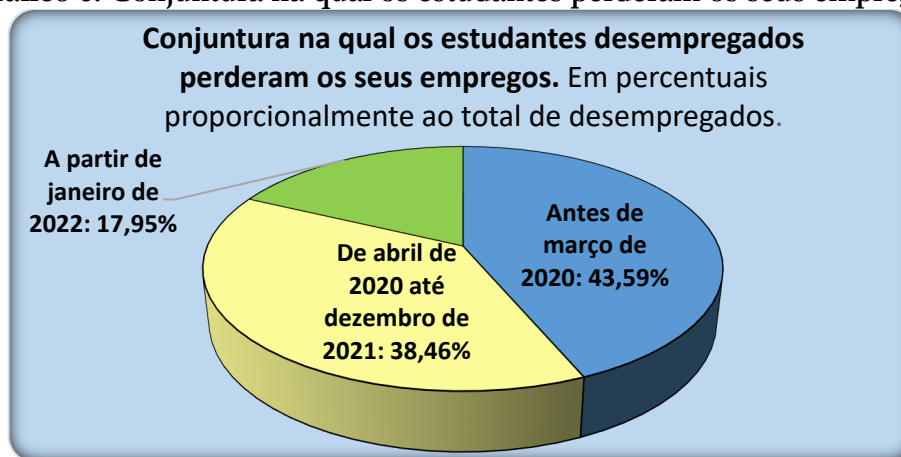
---

<sup>7</sup> Uma análise mais demorada sobre os equívocos cometidos no que tange à interpretação das teorias econômicas, que redundou na profunda crise econômica, no período analisado, pode ser encontrada em Gomes: 2020.



pandemia provocada pelo vírus SarsCOV-2 se instalou, provocando uma das maiores inflexões já vista na economia brasileira. Portanto, o fato de 43,59% dos estudantes responderem que perderam os seus empregos antes de março de 2020 significa que eles foram vítimas tangidas pela gestão macroeconômica, que prevaleceu até 2018, cujos efeitos negativos ainda não foram saneados por completo, até o presente momento. Para esses, o desemprego é muito mais uma consequência da política econômica, do que do seu hipotético pouco desempenho pessoal.

**Gráfico 6. Conjuntura na qual os estudantes perderam os seus empregos.**



Fonte: elaboração própria.

Por outro lado, também é de notório conhecimento os reflexos negativos que as ações na luta contra o vírus SarsCOV-2 provocaram na economia. Não entraremos no mérito se o chamado *confinamento horizontal* era ou não necessário; não temos o conhecimento epidemiológico para emitir uma opinião fundamentada sobre isso. O fato concreto é que a pandemia provocou uma profunda retração das atividades econômicas e, conseqüentemente, uma abrupta queda nos níveis de emprego e renda, que tangiu boa parte da sociedade.

Observada a questão por esse ângulo, é compreensível o fato de 38,46% dos estudantes terem perdido os seus empregos no período que vai de abril de 2020 até dezembro de 2021, ou seja, na fase de fechamento pandêmico, quando a economia se retraiu profundamente. Para esses estudantes, o seu desemprego é conjuntural, ou seja, derivado de uma conjuntura econômica peculiarmente muito adversa. Os dados da PNAD Contínua do IBGE apontam para o fato de que os postos de trabalho fechados na pandemia estão sendo reabertos lentamente. Portanto, a recolocação desse segmento estudantil no mercado de trabalho parece ser uma questão de tempo.



Por fim, nos resta analisar a situação dos 17,95% que perderam os seus empregos a partir de janeiro de 2022. Considerando que, desde de 2021 a economia e o emprego já vinham apresentando sinais de recuperação, seria de se estranhar haver dispensa de mão de obra; mas isso também é explicável.

O conservadorismo prevalente no mercado de trabalho brasileiro também se explicita pela consolidação de um fenômeno deveras negativo, que é a elevada rotatividade da mão de obra. A prevalência de um grande número de empresas de pequeno e de médio portes faz com que elas foquem os seus objetivos no curto prazo. Também há muitas empresas de grande porte que não possuem políticas ativas de recursos humanos e, portanto, são despreocupadas em reter os talentos. No geral, as empresas agregadoras de baixo valor aos bens e serviços – e, conseqüentemente, demandantes de mão de obra com pouca qualificação – optam por reduzir os seus custos, dispensando a mão de obra mais cara e substituindo-a pela mais barata. Isso é uma queima de capital humano, porém, pouco visionárias, essas empresas mantêm essa prática (GOMES: 2019).

A PNAD Contínua do IBGE mensura regularmente a rotatividade da mão de obra, sendo que ela não manifesta sinais de recuo. Como base nesse diagnóstico, tudo leva a crer os 17,95% dos estudantes que perderam os seus empregos a partir de janeiro de 2022 foram vítimas dessa bizarra anomalia do mercado de trabalho. Não obstante, nem tudo deve ser tomado como tragédia para eles. Via de regra, a rotatividade tende a atingir os trabalhadores com baixa qualificação, pois, para as empresas, é fácil repor a mão de obra dispensada. Outra tendência prevalente no mercado de trabalho -, quando a economia se encontra em crescimento consistente – é que as empresas mais visionárias tendem a contratar e a reter os profissionais mais qualificados (GOMES: 2019). Então, para esses 17,95% de desempregados mais recentes, o ideal é que se esmerem na sua formação, pois sempre haverá vagas abertas nos setores e nos subsectores mais dinâmicos da economia.

Sintetizando a análise sobre a conjuntura na qual os estudantes perderam os seus empregos, nos sentimos aliviados ao constatarmos que isso, no geral, não é decorrente de uma presumível má formação ou da inexistência de habilidades e competências da parte deles. Apesar de os discentes adentrarem para a Fatec, no geral, em condições pedagógicas que deixam a desejar, temos procurado sanar as suas debilidades formativas mais salientes. Os dados nos indicam que os estudantes estão sendo bem formados e que as suas habilidades e competências estão sendo consubstanciadas. Guardadas as devidas particularidades e consideradas as raras exceções, o desemprego que acomete os discentes da Fatec de São Roque é muito mais um produto das



instabilidades econômicas que projetam os seus reflexos no mercado de trabalho. Instabilidades essas sobre as quais nós não temos a ínfima autonomia para interferir a fim de corrigi-las.

### **Conclusão.**

Se as condições socioeconômicas adversas não impedem o bom aprendizado, elas também não o ajudam. Como fica aqui muito bem assentado, pelo contrário, as pessoas em vulnerabilidade socioeconômica são propensas a ter grandes dificuldades em assimilar novos conteúdos e em desenvolver novas habilidades e competências. Assim considerando, é um dever da escola conhecer as condições socioeconômicas dos seus estudantes, com o propósito de melhor adequar a ministração dos conteúdos. Pois, cremos, a Fatec de São Roque fez isso, a contento, no presente trabalho.

Temos sempre em mente o alerta feito pela pesquisadora belga Pascaline Descy; em sua memorável publicação de 2002: Descy disse que possuir um baixo nível de escolaridade, na União Europeia, significa estar constantemente em risco de vulnerabilidade econômica e social (DESCY: 2002). Pois, cremos, que com o mercado de trabalho cada vez mais globalizado, a situação brasileira não guarda tamanhas diferenças da situação europeia no que tange ao emprego e à renda oriunda do trabalho. Portanto, além de formar os jovens do estado da quintessência, a sua colocação do mercado de trabalho é para nós uma preocupação constante.

Antes da elaboração do presente inquérito, intuitivamente, vínhamos sentindo as dificuldades de aprendizagem e lidando com elas com muita criatividade. Agora, conhecendo, a fundo, uma das origens das dificuldades, certamente, redobramos a criatividade para lidar com esse corpo discente repleto de carências. Respondendo concretamente se a pandemia afetou economicamente ou não o corpo discente, os dados obtidos nos revelam que sim. Não pairam dúvidas que, no seu conjunto, os estudantes foram afetados de várias maneiras pelas oscilações econômicas produzidas pela pandemia. Alguns sintomas são explícitos e outros aparecem implicitamente e necessitam da análise qualitativa para identificá-los.

No que tange ao afetamento explícito, temos 26,67% que declararam que as suas condições de vida pioraram com a pandemia. Exatos 55% dos estudantes declararam que alguém da sua família teve que recorrer ao Auxílio Emergencial para sobreviver durante a pandemia. E, passado



o evento pandêmico, a Fatec ainda tem 22,96% dos seus estudantes em situação de desemprego, portanto, desprovidos de renda própria.

Quanto ao afetamento implícito, é presumível que a vida tenha ficado mais difícil até mesmo para aqueles 52,59% que declararam que as suas condições atuais permanecem na mesma condição de antes da pandemia. Como a inflação disparou no ano de 2022 enquanto os salários se mantiveram estagnados provocando uma queda do poder aquisitivo, pressupomos que - quanto a pesquisa foi disponibilizada em maio do mesmo ano - os estudantes ainda não tinham sentido, na plenitude, os efeitos da carestia que se alastraram para o restante do ano. Tendo essa interpretação procedência, pressupomos que a vida tenha piorado para esses 52,59% sem que eles tenham percebido.

O mais surpreendente e o que para nós é motivo de uma atenção especial é o fato de 78,52% dos aprendizados serem categorizados como em vulnerabilidade econômica e social, estando eles classificados - segundo a metodologia assentada pelo IBGE - como pertencentes às classes D e E. A captura desse dado nos impõe três desafios, a saber: (i) nos esmerarmos mais para atingir o estado da quintessência na formação dos discentes; (ii) reforçar os seus quesitos de empregabilidade e; (iii) fazer novas pesquisas junto aos egressos a fim de mensurar o quanto a sua formação na Fatec tem sido um instrumento de mobilidade social.

Revisitar a história para entender o presente e planejar o futuro é um dever de ofício de todos os educadores; por isso, rendemos a nossa homenagem aos historiadores da educação brasileira. Nesse espírito, nunca é demais se lembrar dos ideais dos fundadores do Centro Paula Souza, ainda no final dos anos 1960. O belo trabalho de Shozo Motoyama é taxativo ao deixar claro que dotar a economia paulista com mão de obra altamente qualificada era um dos objetivos dos pioneiros implantadores da Instituição; não obstante, a mobilidade social dos jovens paulistas sempre esteve presente na fértil imaginação daqueles estoicos visionários (MOTOYAMA: 1995).

Para a boa pedagogia praticada pela Fatec de São Roque, os desafios estão postos na ordem do dia. Temos descortinado diante dos nossos olhos um quadro socioeconômico complexo. Entretanto, se antes de conhecermos essas condições adversas do corpo discente já vínhamos ministrando uma boa formação tecnológica, agora, conhecendo-as na sua plenitude, podemos aperfeiçoar as boas práticas docentes. Obviamente que a pandemia nos trouxe novos e inusitados desafios; mas, para que servem os desafios, senão para serem superados?



## Referências bibliográficas.

- DAYRELL, Juarez. *A escola 'faz' as juventudes*. In Revista Educação e Sociedade vol. 28, n°. 100, p. 1105 a 1128. Papirus: Campinas, outubro de 2007.
- DESCY, Pascaline. *Possuir um baixo nível de educação na Europa é uma situação de risco*. In Revista Europeia de Formação Profissional n° 26. Tessalônica: Cedefop, 2002.
- EUROSTAT. Gabinete de Estatística da União Europeia. *Inquérito sobre as forças de trabalho*. Luxemburgo: Escritório das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1990.
- GOMES, Carlos Antonio. *Crítica à nova matriz econômica face à teoria original do desenvolvimento: uma compreensão teórica sobre o desastre anunciado*. In Revista Geopolítica, v. 11, n°. 4, p. 1 a 16. Natal: UFRN, out.–dez. 2020.
- \_\_\_\_\_. *A qualificação esquelética*. Beau Bassim / Mauritius: OmniScriptum / Novas Edições Acadêmicas, 2019.
- \_\_\_\_\_. *Uma crise do capital humano na economia brasileira*. In Revista Perspectiva em Gestão & Conhecimento, Vol. 3, N° 1. João Pessoa: UFP, 2013.
- GUIMARÃES, Paulo Ricardo Bittencourt. *Métodos quantitativos estatísticos*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Educação 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Aspectos complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional - 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.
- MATTAR, Fauze Nagib. *Análise crítica dos estudos de estratificação sócio-econômica de ABA-ABIPEME*. In Revista de Administração da USP, vol. 30, n°1. São Paulo: USP, 1995.
- MOTOYAMA, Shozo. *Educação técnica e tecnológica em questão. Os caminhos do passado, presente e futuro. À guisa de introdução*. In MOTOYAMA, S. (org) *Educação técnica e tecnológica em questão. 25 anos do Ceeteps. Uma história vivida*. São Paulo: Unesp, 1995.
- PAIVA, Vanilda. *Inovação tecnologia e qualificação*. In Revista Educação & Sociedade n°50. Campinas: Papirus, 1995.
- QUADROS, Waldir de Jesus. *A evolução recente da estrutura social brasileira*. Campinas: Unicamp – IE, 2008, (mimeo).
- SENADO FEDERAL. *Coronavírus: Senado aprova auxílio emergencial de R,\$600,00*. Brasília: Senado Federal. In < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600>>. Visitado em 11/01/2024.
- WOLLSCHLÄGER, Norbert. *Da divergência à convergência: uma história da formação profissional na Europa*. In Revista Europeia de Formação Profissional n°32. Tessalônica: Cedefop, 2004.

